

**Fome Zero faz 20 anos
com legado ameaçado**

Lançado há duas décadas por Lula, o programa Fome Zero encara hoje retrocessos em seus indicadores devido a fatores como a inflação e o aumento da insegurança alimentar. A15

Base do Bolsa Família, Fome Zero faz 20 anos com retrocesso em indicadores

Falhas do modelo do Auxílio Brasil prejudicaram combate à pobreza, afirmam especialistas

Thiago Resende

BRASÍLIA Já se passaram 20 anos desde que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou o Fome Zero, marco inicial das políticas sociais da era petista e que prometia acabar com a insegurança alimentar no país. A melhora contínua observada desde então entrou em trajetória de reversão nos últimos anos, o que agora desafia o legado do programa e reforça a necessidade de mudanças nas políticas vigentes.

O Fome Zero foi lançado em Belém (PA), em cerimônia com Lula, e sua primeira beneficiária foi Veida Maria Monteiro, 54. "O que consigo comprar hoje é bem menos que o que conseguia nos últimos anos", diz ela à Folha.

Quando passou a receber o dinheiro, Veida disse que conseguiu comprar para a família mais alimentos, e de melhor qualidade. A casa, afirma, é a mesma de 20 anos atrás, mas está em melhores condições.

"No começo, as coisas eram mais baratas. A cesta básica, por exemplo. Hoje, está tudo caro. Minha filha nasceu prematura e teve falta de oxigênio. E o benefício dela [o BPC, pago para pessoas com deficiência de famílias carentes] vai para gastos dela", afirma.

"Por isso [pelo BPC], não recebo mais o Bolsa Família, mas meu marido é autônomo. A gente tem comida, mas antes a gente podia comprar mais. Hoje em dia, com R\$ 500, a gente não consegue passar o mês", contou Veida.

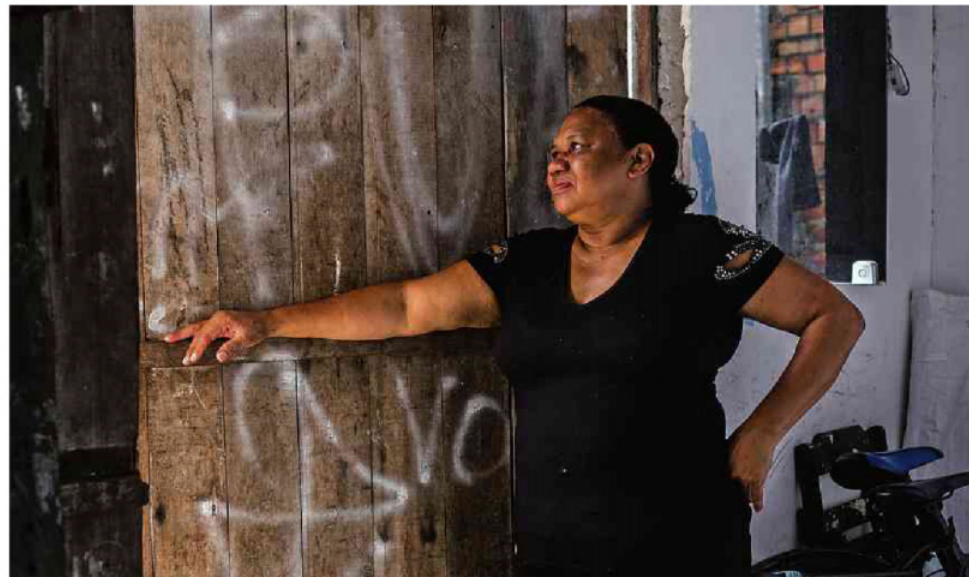
O foco inicial era a transferência de renda para que as famílias comprassem alimentos, mas essa estrutura é hoje questionada pelos especialistas —que demandam um conjunto integrado de políticas.

"O que acaba com a fome é fazer programas estruturados", diz Adriana Aranha, pesquisadora da USP que trabalhou na transformação do Fome Zero em Bolsa Família.

"A fome não vem sozinha. Ela vem acompanhada de outros fatores, como evasão escolar, violência doméstica, uso de drogas, moradias precárias, falta de saneamento. É preciso combater todo esse ciclo".

Com menos de um ano de programa, a equipe de Lula já havia decidido justamente que o programa precisava ser ampliado e integrado a outras medidas para que a luta contra a pobreza no Brasil gerasse mais resultados.

O modelo foi enfraquecido nos últimos anos. Uma das principais críticas de especialistas é que o então presidente Jair Bolsonaro (PL), ao criar



Veida Maria Monteiro, 54, primeira beneficiária do Fome Zero, em Belém (PA) Naiara Jinkns/Folhapress

o Auxílio Brasil, transformou o Bolsa Família num programa essencialmente voltado para a transferência de renda.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, recriado por Lula, quer rever esse modelo e recriar o Bolsa Família —inspirado no modelo anterior.

O objetivo é fortalecer políticas criadas no passado, como as chamadas condicionais —exigências feitas às famílias para que elas continuem recebendo a ajuda. Elas envolvem frequência escolar de crianças e adolescentes, além de vacinação em dia.

"Essa é uma das principais mudanças necessárias para ter um programa mais eficaz. No lado de programas de transferência de renda, a gente andou para trás em

termos de desenho em relação ao Bolsa Família", disse o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

"Houve avanços no Brasil nesses 20 anos, mas em segurança alimentar houve retrocesso. Desde 2014, o Brasil vem diminuindo programas sociais. De um lado, tem a conjuntura econômica, o Brasil cresceu pouco, temos a inflação e a pandemia mais recentemente. De outro lado, também houve descuido nessa área de iniciativas de combate à segurança alimentar."

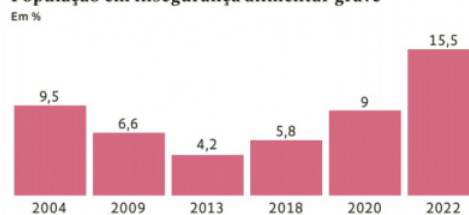
O retrocesso é visto em números. Em 2001 (mais antigo dado na série da FAO), 10,7% da população vivia em condição de desnutrição —conceito usado pela FAO (braço das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) para montar seu Mapa da Fome e que representa quando a pessoa habitualmente consome menos alimentos do que o suficiente para manter uma vida normal, ativa e saudável.

O número diminuiu sucessivamente ao longo dos anos na série da FAO até chegar a 2,5% em 2014. Depois, ficou em patamar inferior entre 2015 e 2018 (abaixo disso, os percentuais exatos nem chegam a ser considerados devido à margem de erro).

A situação se reverteu em 2019, e a série registrou crescimento pela primeira vez em 18 anos —para 2,6% da população em situação de desnutrição. Em 2020 (mais recente dado disponível), houve nova piora, e o percentual foi para 4%.

Dados mostram aumento da fome no Brasil

População em insegurança alimentar grave



Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Quem não teve dinheiro para alimentar a si ou a sua família em algum momento nos últimos 12 meses



- 2003 - Lula lança o Fome Zero
- 2004 - Fome Zero é fundido a outras políticas e se torna o Bolsa Família
- 2021 - Bolsonaro muda o programa e cria o Auxílio Brasil
- 2023 - Lula promete retomar bases do Bolsa Família, inclusive com a volta do nome do programa

Fonte: FGV

Dados da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) sobre os anos mais recentes, com base em outra metodologia, também apontam para a gravidade da situação.

No início do primeiro governo Lula, 9,5% da população vivia em condição de insegurança alimentar grave —que a Rede Penssan classifica como fome, pois a família declara fazer apenas uma refeição por dia ou informar que não come um dia inteiro. Essa taxa havia caído para 4,2% em 2013, segundo a entidade.

Já os números mais recentes, referentes a 2021 e 2022, apontam para 15,5% da população em insegurança alimentar grave. Isso representa 33 milhões de pessoas com fome no país que declaram não comer o suficiente no país.

Os dados da Rede Penssan têm como base um questionário com oito perguntas, que buscam verificar se os alimentos na casa terminaram antes que houvesse dinheiro para comprar mais ou se foi preciso pular alguma refeição por falta de alimentos.

Com base nas respostas, as famílias podem estar em insegurança alimentar leve, moderada ou grave —esta indica que faltou comida na mesa. Considerando os três graus de insegurança alimentar, a pesquisa indicou que mais da metade (58,7%) convive com o risco de não ter comida suficiente.

As estatísticas foram coletadas entre novembro de 2021 e abril de 2022, a partir de entrevistas em 12.745 domicílios, em áreas urbanas e rurais de 577 municípios, nos 26 estados e no Distrito Federal.

A FGV também fez um estudo sobre a situação da fome no Brasil com base em informações do Gallup World Poll. De acordo com os dados, a parcela da população que declara não ter dinheiro para comprar comida passou de 20% em 2006 para 36% em 2021.

O levantamento diz que essa é a faixa da população que afirmou não ter dinheiro para alimentar a si ou a sua família em algum momento nos últimos 12 meses (de cada ano em que foi realizado o estudo).

A Segurança Alimentar e a Insegurança Alimentar foram medidas pela Ebia (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), que também é utilizada pelo IBGE.

Na época, o então ministro Paulo Guedes (Economia) contestou os dados. Mas pesquisas de diferentes metodologias mostram o aumento da insegurança alimentar.

Além das pesquisas que buscam verificar o nível de consumo de alimentos por parte da população, pesquisadores também costumam usar fatores ligados à renda para checar o tamanho do problema. Um dos métodos usados é saber quanto é necessário para comprar o equivalente às calorias necessárias e, a partir daí, verificar o percentual da população abaixo dessa linha.